



### Menos tributos para a Indústria Química

Lançado, no último dia 23 de abril, pelo Governo Federal, o pacote para o setor de etanol e indústria química prevê uma renúncia fiscal de R\$ 2,07 bilhões neste ano com a redução da incidência de PIS-Cofins.

Para o Governo Federal as medidas pretendem baixar custos, aumentar investimentos e estimular ganhos de competitividade nos dois setores. Não há intenção de reduzir preços ao consumidor e, sim, recompor margens das indústrias.

A indústria química terá redução no PIS-Cofins da matéria-prima (como nafta, buteno, polietileno, PVC, resinas termoplásticas, entre outros) e dos produtos de primeira e segunda geração. Para isso, o governo federal vai abrir mão de R\$1,1 bilhão neste ano. Para essa indústria; que sofre com a invasão dos importados, a alíquota do PIS-Cofins vai cair de 5,6% para 1%. O setor recebe crédito tributário de 9,25%, que será mantido.

Na prática, o crédito tributário efetivo - diferença entre os dois percentuais - vai aumentar. Esse benefício será válido até 2015. Em 2016, o tributo começa subir gradualmente atingindo a alíquota cheia (5,6%) em 2018.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), as medidas do governo vêm "numa hora excelente" e dão um certo alívio, já que a indústria química está operando com 80% da sua capacidade, o que representa um patamar muito perigoso diante do avanço dos Estados Unidos nesse segmento.

Fonte: Valor

### Desoneração já atinge setores com 50% do PIB

A desoneração de folha de pagamentos já beneficia 56 setores. Eles são responsáveis por uma receita bruta anual de aproximadamente R\$1,9 trilhão no mercado interno, valor equivalente a metade do Produto Interno Bruto (PIB) do país antes dos impostos. O valor da receita foi obtido a partir dos dados informados pelo Ministério da Fazenda em cada anúncio de desoneração. Na sexta-feira, o governo anunciou mais 14 beneficiados, ampliando a desoneração para todo setor da construção (inclusive obras de infraestrutura) e de transportes, e incluindo o segmento de comunicação, entre outros.

A economia fiscal obtida com a troca da contribuição previdenciária por uma alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento varia conforme o setor. Entre os setores que aproveitarão o benefício a partir de 2014, o transporte metroferroviário de passageiros terá redução de 78% no desembolso com a contribuição, enquanto o ferroviário de cargas economizará 8,8%.

Representantes dos novos setores beneficiados dizem que a medida favorecerá a manutenção e formalização do emprego. Economistas e empresários consideram o benefício positivo, mas argumentam que a estrutura de custos das empresas é mais ampla - para as indústrias, o incentivo abate entre 1% e 1,5% do custo de produção, em média - e relatam preocupação com os efeitos fiscais.

A desoneração de todos os setores, segundo a Secretaria de Política Econômica, representará renúncia fiscal de R\$ 24,7 bilhões em 2014.

Fonte: Valor

### Editorial

#### O preço do gás natural usado como matéria prima

Em uma decisão correta, mas que não favorece a situação da indústria química nacional - o Superior Tribunal Federal (STF) entendeu ser inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos federais PIS/PASESP e da COFINS que incidem sobre os produtos importados. Assim, esta tentativa de estabelecer isonomia fiscal entre as importações e o produtor local não deu frutos, em compensação, fruto de uma louvável ação da Abiquim, reduziu-se para 1% até 2015 os PIS/CONFINS incidentes sobre as matérias primas para a indústria petroquímica.

A desoneração fiscal é importante, mas o cerne do problema é a falta de competitividade estrutural da indústria química brasileira. O baixo índice de utilização da capacidade instalada, há anos em torno de 80%, indica a gravidade da situação; este nível de operação é muito baixo para indústrias de processo contínuo e acarreta um aumento da participação dos custos fixos no preço final de venda, reduzindo a capacidade de competir com os produtos importados.

A situação ainda pode se agravar porque no mercado internacional haverá brutais excedentes de produção decorrentes das ampliações das ofertas: chinesa, a partir do carvão, e americana sustentada pelo gás não convencional ("shale gas"), sendo o Brasil o destino preferencial das exportações americanas de produtos químicos intermediários e, talvez, de transformados finais.

A implementação de uma política definitiva, com garantia de suprimento a preços favorecidos para o gás natural usado com matéria prima melhoraria as condições para competir; um terço da nossa demanda por produtos químicos é atendido por importações, o governo tem que apoiar este pleito.

#### SIQUIRJ

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

#### Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20030-070  
Tel.: (21) 2220-8424  
e-mail: [siquirj@siquirj.com.br](mailto:siquirj@siquirj.com.br)  
home page: [www.siquirj.com.br](http://www.siquirj.com.br)

#### DIRETORIA PLENA - Triênio 2010/2013

##### Isaac Plachta - Presidente

Antonio Berdge Kessedjian  
Bernardo da Costa Monteiro de Mello  
Carlos Mariani Bittencourt  
Carlos Oliveira Cruz  
Carlos Roberto da Silva  
Celso da Silva Bueno  
Edson Kleiber de Castilho  
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
Flavio Costa Abreu  
Fernando Musa

Gilson Luiz Maurity Santos  
Lenilson Marcelo Bezerra  
Manoel Moysés Zauberman  
Marjorie Arias  
Nélio Augusto Manhães Rodrigues  
Nicolau Pires Lages  
Paul Antoine Maron Gédéon  
Renato Helio Faraco Filho  
Rubens Eduardo Medeiros Novicki  
Rubens Muniz

(Relação em Ordem Alfabética)

## Abimaq tem proposta para a redução de custos

A Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) pretende levar em breve ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, uma proposta cujo objetivo é reduzir custos e melhorar a competitividade do setor industrial do Brasil. Uma das sugestões é a adoção de providências que aumentem o preço dos importados em pelo menos 25% e uma outra focaliza a redução do preço do produto nacional também em 25%.

Para aumentar o preço das importações, a Abimaq defende a elevação de tarifas que podem ser conjugadas com depreciação do câmbio. No entanto, a entidade acredita que a proteção via tributos, como é aplicada normalmente para produtos específicos, pode causar

distorções nos preços dentro das cadeias produtivas. Para a entidade, a redução das despesas dos produtos nacionais pode ocorrer por alguns mecanismos, como juros mais baixos e redução de impostos.

Economistas heterodoxos concordam em geral com os pontos abordados pela entidade, especialmente à necessidade de o câmbio ser desvalorizado. Contudo, há divergência sobre a velocidade dessa depreciação. Para o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto, esse é um movimento que deveria ser feito de forma gradual para evitar efeitos colaterais na economia, como volatilidade no câmbio e eventual repasse de preços e alta da inflação.

Fonte: Jornal do Commercio

## Bayer do Brasil bate recorde de vendas

Somadas as atividades de suas três divisões de negócios no Brasil - CropScience, HealthCare e MaterialScience - a Bayer bateu recorde de vendas em 2012 e atingiu R\$ 5,7 bilhões, crescimento de 26% em relação a 2011. O País é o quinto maior mercado para a empresa mundialmente e o número um na América Latina. A empresa anunciou investimentos de R\$ 152 milhões, visando crescimento em 2013.

Os resultados brasileiros foram superiores à taxa de crescimento do Grupo Bayer no mundo. Em 2012, o grupo somou vendas de 39,760 bilhões de euros, o que significou aumento de 8,8% na comparação, com os dados de 2011.

A divisão Bayer MaterialScience

também contribuiu para o bom desempenho do ano. As vendas mundiais da divisão de materiais de alta tecnologia subiram 6,2%, se comparado a 2011, e fechou em 11,503 bilhões de euros. Aumento esse puxado pelos volumes e preços superiores.

No País, a Bayer MaterialScience registrou um aumento nas vendas de 24 % em relação a 2011, totalizando R\$ 802 milhões. Segundo a empresa, o resultado é atribuído principalmente ao aquecimento da economia brasileira e ao aumento na aquisição de bens duráveis pelos brasileiros, nos quais a Bayer tem forte atuação no fornecimento de matérias-primas inovadoras.

Fonte: Jornal do Commercio

## Liberação de cargas leva mais de 7 dias

O tempo médio de liberação de cargas em 2012 nos principais aeroportos brasileiros, segundo a Infraero, foi de 175h01m, ou seja, pouco mais de uma semana. O tempo foi calculado do recebimento da carga até a sua efetiva entrega em horas corridas.

No aeroporto do Galeão, a liberação ocorre em média após 217h30m, ou seja, no 10º dia após a chegada da carga, enquanto em Shanghai, por exemplo, a liberação de cargas acontece em cerca de quatro horas após sua chegada e em Heathrow, na Inglaterra – o mais lento dos aeroportos internacionais analisados – o processo demora oito horas.

Os dados foram divulgados pelo Sistema FIRJAN, que defende o funcionamento 24h dos órgãos anuentes e a implantação de guichê único.

Atualmente, os órgãos funcionam apenas nos dias úteis e em horário comercial, ao contrário do que acontece nos principais aeroportos do mundo, impactando diretamente no tempo médio de liberação de cargas, nos custos e na competitividade brasileira.

De acordo com a nota, a maioria dos países investe em facilidades logísticas e burocráticas para garantir a competitividade. Uma delas é o funcionamento 24 horas, inclusive nos finais de semana e feriados, de todos os órgãos anuentes nos aeroportos. Além disso, os órgãos atuam de maneira integrada e centralizada, o que garante maior velocidade na liberação das cargas e a otimização do uso dos espaços de movimentação e armazenagem.

Fonte: FIRJAN

## Alfândega do Porto funcionará 24h

A partir do último dia 19 de abril, a Alfândega da Receita Federal no Porto do Rio de Janeiro funcionará 24 horas. É o que determina portaria do órgão publicada no Diário Oficial da União. O documento orienta as equipes sobre as atividades a serem desempenhadas, ressaltando que o atendimento se dará tanto no turno de 7h a 18h, quanto em horário integral, incluindo fins de semana e feriados.

A medida já põe em prática o que está previsto no relatório da MP dos Portos, a Medida Provisória que propõe um novo marco regulatório para o setor. Apresentado pelo relator da matéria, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), o texto institui o "Porto 24 horas", que consiste no funcionamento sem interrupção de órgãos como Receita Federal e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) dentro dos terminais.

Segundo o relator, os serviços públicos necessários à importação e à exportação serão prestados em horário corrido e coincidente com as operações de cada porto, em turnos, inclusive aos domingos e feriados.

Fonte: Jornal do Commercio

## Governo pode criar estatal para hidrovias

O superintendente de Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Adalberto Tokarski, confirmou projeto do governo para criar uma nova estatal, responsável por portos fluviais, hidrovias e eclusas. Segundo ele, a futura companhia pública, quinta a ser constituída em menos de três anos pela presidente Dilma Rousseff, já tem até nome: Empresa de Desenvolvimento Hidroviário (EDH).

De acordo com o superintendente, se levada adiante, a futura estatal será formatada nos moldes da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), cuja finalidade é elaborar estudos e pesquisas para o planejamento do setor. Os ministérios do Planejamento e dos Transportes trabalham na formatação da nova estatal, que assumiria funções do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) na gestão de portos fluviais, hidrovias e eclusas. A principal justificativa é que a autarquia concentra suas atividades na imensa malha rodoviária e não tem tido capacidade de tocar os projetos do setor adequadamente. Em 2012, só 32% dos recursos previstos em orçamento foram gastos.

Fonte: Jornal do Commercio

**A união das empresas é de fundamental importância para a defesa dos interesses comuns.**

**Visite nosso site: [www.siquirj.com.br](http://www.siquirj.com.br)**